



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 10/2023
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 002/2023

O **Fundo Municipal de Saúde de Anaurilândia/MS**, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, **TORNA PÚBLICO** para conhecimento dos interessados, que está procedendo ao **CHAMAMENTO PÚBLICO** para fins de **CRENCIAMENTO** de pessoas físicas ou jurídicas para prestação de serviços de consultas na especialidade de psicologia, com projeção de 65 (sessenta e cinco) consultas ao mês, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações descritas no Termo de Referência, nos termos do presente edital, com fundamento no art. 25, caput da Lei Federal n.º 8.666/1993.

O Edital estará à disposição dos interessados, na sala de licitação da Prefeitura Municipal de ANAURILÂNDIA-MS, sito na Rua Floriano Peixoto nº 1.000 – Centro e no endereço eletrônico: www.anaurilandia.ms.gov.br. Informações poderão ser obtidas pelos telefones (0**67) 3445-1110, no horário das 07h00h às 11h00 e das 13h00 às 16h00h (MS) e pelo e-mail: licitacao@anaurilandia.ms.gov.br.

O presente procedimento de credenciamento será coordenado pela Comissão Permanente de Licitação instituída pela Portaria nº. 1810 de 10 de janeiro de 2023.

Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o **HORÁRIO OFICIAL DE MATO GROSSO DO SUL (MS)**.

A participação neste Chamamento Público de Credenciamento implica a aceitação integral e irretratável dos termos e condições deste edital, ressalvado o direito recursal.

1. OBJETO

1.1. O presente Chamamento Público tem por objetivo o credenciamento de pessoas físicas e jurídicas, para prestação de serviço na especialidade de psicologia, com projeção de 65 (sessenta e cinco) consultas ao mês, pelo período de 12 (doze) meses, para atender a demanda do Município de Anaurilândia – MS, mediante adesão às condições previstas neste Edital e seus anexos.

1.1.1 O Município disponibilizará o quantitativo anual estimado de 780 (setecentos e oitenta) consultas na especialidade de psicologia para pacientes que necessitam de atendimento neste segmento.

1.1.2 As inscrições para credenciamento ficarão abertas por um período de 12 (doze) meses contados a partir da data da primeira publicação, podendo ser credenciados

Rua Marechal Floriano Peixoto, 1000 - Centro
CEP: 79770-000 - Anaurilândia-MS Fone: (67) 3445-1110

novos profissionais, na vigência deste, desde que obedecidas as exigências estabelecidas no mesmo, conforme necessidade, disponibilidade financeira e orçamentária da Administração Municipal.

1.2. Os credenciados deverão prestar os serviços nas condições e preços preestabelecidos neste edital e no Termo de Credenciamento.

1.3. O Município autorizará a quantia de consultas especializadas mensais necessárias para o atendimento da demanda de forma prévia, excetuando-se o prévio agendamento em casos de urgência e emergência.

1.4. Os serviços deverão ser prestados nos locais designados pela Secretaria Municipal de Saúde do nosso município, tanto em clínicas declinadas pelos profissionais credenciados, desde que situadas no município de Anaurilândia, quanto em espaços alocados junto aos estabelecimentos de saúde do município.

1.5. Os serviços especializados serão prestados mediante requisição da Administração, por meio da Secretaria Municipal da Saúde e prévio agendamento, excetuando-se os casos de urgência e emergência.

1.6. A celebração do termo de credenciamento e a consequente prestação dos serviços não acarretará, necessariamente, despesa ou outra obrigação ou vínculo jurídico-trabalhista ou funcional para o Município de Anaurilândia - MS, não podendo a empresa ou pessoa física credenciada, nos termos deste Edital, nada exigir ou reclamar.

2. DAS CONDIÇÕES PARA O CREDENCIAMENTO

2.1. Os interessados em prestar os serviços de que trata este edital, deverão entregar em envelope devidamente lacrado, o **formulário de inscrição constante no Anexo II e a documentação de habilitação** descrita neste edital, necessária à análise do credenciamento do interessado, identificado na parte externa com as seguintes inscrições:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAURILÂNDIA/MS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE ANAURILÂNDIA/MS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XX/2023
CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº XX/2023
(RAZÃO SOCIAL DO INTERESSADO)

2.1.1 Local de entrega dos envelopes e realização do credenciamento: sala de licitação da Prefeitura Municipal de Anaurilândia - MS, na Rua Floriano Peixoto nº 1.000, Centro, CEP 79.770-000, Anaurilândia – MS.

2.1.2 Horário para entrega dos envelopes: em dias úteis, das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 16h00min (MS).

2.2. Os documentos exigidos para habilitação no presente processo de credenciamento **poderão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia, desde que devidamente autenticados por cartório competente ou, ainda, através de publicação da imprensa oficial.**

2.2.1 Os documentos poderão, também, ser apresentados em cópias simples, porém acompanhados dos originais para serem autenticados por membro da Comissão Permanente de Licitação.

2.2.2 As certidões de regularidade e outros documentos emitidos via internet deverão ser devidamente confirmadas e autenticadas pela Comissão Permanente de Licitação.

2.2.3 Todos os documentos deverão estar dentro dos respectivos prazos de validade na data de entrega do envelope.

2.2.4 Documentos que não tenham a sua validade expressa e/ou legal fixada pelo órgão emissor serão considerados válidos pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua emissão.

2.3. Quando a pessoa jurídica possuir filiais, todos os documentos apresentados deverão se referir a um só local de competência.

2.4. Toda documentação apresentada deverá ser correspondente a um único CNPJ, salvo, quando, no caso de tributos e contribuições das filiais, a empresa estiver autorizada a centralizá-los em sua matriz ou sede. Neste caso, os documentos comprobatórios de tal centralização, fornecidos pelo(s) órgão(s) competente(s), deverão ser apresentados juntamente com a documentação correspondente.

2.5. PESSOAS FÍSICAS

2.5.1. A documentação relativa à habilitação de pessoas físicas no credenciamento consistirá em:

- a) **Requerimento para credenciamento**, conforme modelo **do Anexo II** do edital;
- b) Comprovante de inscrição no **CPF válido**;
- c) Documento de identificação pessoal (**RG, CNH ou equivalente**);
- d) Certidão Negativa de Débitos com a **Fazenda Municipal** que comprove sua regularidade junto aos débitos do ISSQN;
- e) Prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS**, por meio do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- f) Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal**, consistente na Certidão Conjunta Negativa, ou Conjunta Positiva com Efeito de Negativa de Débitos relativos a tributos federais e à Dívida Ativa da União e Previdenciária;
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito negativo, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943;



- h) **Declaração** de atendimento ao disposto no artigo 7, inciso XXXIII, da Constituição Federal (**Anexo III**);
- i) **Comprovante** de Conclusão do Curso de **Graduação em PSICOLOGIA**, por instituição reconhecida pelo MEC, do(s) profissional(is) responsável(is) pela realização dos serviços;
- j) **Comprovação do** registro do(s) profissional(is) responsável(is) pela prestação dos serviços junto ao Conselho Regional de Psicologia de Mato Grosso do Sul – **CRP/MS**;

2.6. PESSOAS JURÍDICAS

2.6.1 A documentação relativa à habilitação de pessoas jurídicas no credenciamento consistirá em:

- a) **Requerimento para credenciamento**, conforme modelo do **Anexo II** do edital;
- b) Comprovante de inscrição **no CNPJ válido**;
- c) **Cópia do Contrato Social** e alterações ou a última alteração consolidada;
- d) Certidão Negativa de Débitos com a **Fazenda Municipal** que comprove sua regularidade junto aos débitos do ISSQN;
- e) Prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS**, por meio do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- f) Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal**, consistente na Certidão Conjunta Negativa, ou Conjunta Positiva com Efeito de Negativa de Débitos relativos a tributos federais e à Dívida Ativa da União e Previdenciária;
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito negativo, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943;
- h) **certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão.
- i) **Declaração** de atendimento ao disposto no artigo 7, inciso XXXIII, da Constituição Federal (**Anexo III**);
- j) **Comprovante de Conclusão do Curso de Graduação em PSICOLOGIA**, por instituição reconhecida pelo MEC, do(s) profissional(is) responsável(is) pela realização dos serviços;
- k) **Comprovação do registro do(s) profissional(is) responsável(is) pela prestação** dos serviços junto ao Conselho Regional de Psicologia de Mato Grosso do Sul – **CRP/MS**;

2.7. Declarações:



a) **Declaração** firmada pelo representante legal da proponente, informando que a empresa não está **declarada inidônea** para contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas, conforme modelo sugestivo **Anexo III** do presente edital.

b) **Declaração** assinada pelo representante legal da proponente, informando que **não emprega menores de 18 (dezoito) anos** em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de catorze anos, conforme modelo sugestivo **Anexo III** do presente edital.

2.8. Não existe limite de número de pessoas naturais e/ou jurídicas a serem credenciadas pelo Município de Anaurilândia/MS.

3. DAS CONDIÇÕES E IMPEDIMENTOS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 Este edital obedecerá aos seguintes prazos e validades:

a) **prazo de inscrições:** 12 (doze) meses contados a partir da data da publicação do edital de Chamamento Público n.º 002/2023, prorrogável, nos termos do art. 57, da Lei Federal n.º 8.666/1993.

b) **Vigência do Termo de Credenciamento:** 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura, prorrogável, a critério exclusivo de oportunidade e conveniência da Administração Municipal, por igual período, mediante a manutenção da documentação relacionada, pelo prazo máximo nunca superior a 60 (sessenta meses), contudo, vinculado a prorrogação de vigência do Processo de Chamamento para Credenciamento objeto deste edital.

3.2 Poderão participar do procedimento de credenciamento todas as pessoas **físicas e/ou jurídicas** do ramo pertinente ao objeto descrito.

3.3 É vedada a participação de pessoas físicas e/ou jurídicas que:

a) não atendam às condições e exigências contidas no presente Edital.

b) tenham sofrido restrições de qualquer natureza resultantes de contratos firmados com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

c) profissionais cuja carga horária seja incompatível com o serviço a ser executado;

d) que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou por esta tenham sido declaradas inidôneas.

e) servidor público do Município de Anaurilândia/MS.

f) agente político em exercício de mandato eletivo.

g) Também não poderão participar deste Credenciamento quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93.

3.4 Não será permitido credenciamento de empresas em consórcio.

3.5 Caso o credenciado, durante a execução do contrato, venha a se enquadrar em alguma das situações previstas no item 3.3, deverá comunicar imediatamente à Administração o seu impedimento, fazendo jus à remuneração do trabalho até então realizado, de acordo com o **fixado no Anexo IV – Tabela de Remuneração.**

3.6 O Município reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo proceder o descredenciamento, em casos de má prestação, verificada em processo administrativo específico, com garantia do contraditório e da ampla defesa.

4. DO PROCEDIMENTO DO CREDENCIAMENTO:

4.1 Os interessados que apresentarem os documentos descritos no item 2 deste Edital serão declarados habilitados pela Comissão Permanente de Licitações.

4.1.2 Os pedidos de credenciamento eventualmente indeferidos constarão de ata própria, na forma da legislação aplicável.

4.2 Os habilitados na forma do item 4.1 que apresentarem a ficha de inscrição nos moldes exigidos no presente edital serão classificados para credenciamento pela Comissão Permanente de Licitações.

5. DOS RECURSOS

5.1 Das decisões proferidas pela Comissão caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de suas publicações no Diário Oficial do Município.

5.2 Havendo interposição de recurso contra decisão da Comissão será aberto o prazo de 5 (cinco) dias úteis para que os demais interessados apresentem Contrarrazões, se interessados.

5.3 O recurso, devidamente protocolizado dentro do prazo legal, será encaminhado à Comissão Permanente de Licitação que poderá reconsiderar ou não sua decisão, ou encaminhá-lo ao Prefeito Municipal, para a decisão final.

5.4 A Comissão Permanente de Licitação, sempre que reconsiderar ou não sua decisão, o fará por escrito, de forma fundamentada, comunicando o fato, formalmente, aos interessados inscritos e participantes deste certame, com a publicação do extrato da decisão no Diário Oficial do Município.

6. DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

6.1 As pessoas credenciadas, após celebração do Termo de Credenciamento – **Anexo V** – prestarão os serviços na especialidade de **psicologia**, mediante requisição da Administração, por meio da Secretaria Municipal da Saúde e prévio agendamento.

6.2 Os credenciados deverão manter, durante todo o período do credenciamento, as condições de habilitação exigidas para o credenciamento.

7. DA VIGÊNCIA

7.1 O prazo de vigência do Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses, prorrogável, a critério do Município, até o limite de 60 (sessenta meses), podendo, a qualquer tempo, haver o encerramento da prestação do serviço, por iniciativa de

qualquer das partes, caso não haja interesse na continuidade dos serviços, mediante comunicação prévia de 30 (trinta) dias.

7.2 Para a prorrogação do credenciamento, as pessoas físicas e jurídicas deverão apresentar todos os documentos arrolados no item 2 deste Edital até 02 (dois) dias antes da ocorrência do termo final do prazo.

8. DO PAGAMENTO

8.1 O pagamento dos serviços prestados será efetuado mensalmente até o 10º (décimo) dia útil ao mês subsequente ao da sua prestação, tendo em conta o número de procedimentos efetivamente realizados, multiplicado pelo valor constante **na Tabela de Remuneração do Anexo IV.**

8.2 **O credenciado deverá apresentar as autorizações para prestação dos serviços especializados,** relação com a individualização do atendimento realizado na especialidade, onde deverão constar o nome do paciente, data e horário do atendimento e outras informações que não violem o sigilo profissional, e nota fiscal dos serviços prestados até o último dia útil do mês de competência.

8.3 As despesas com alimentação, transporte, remuneração, impostos incidentes sobre os serviços, assim como todas as demais despesas que venham a incidir sobre a execução dos serviços contratados, serão de responsabilidade dos credenciados.

9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 As despesas decorrentes deste credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

10.301.0015.2027 – Gestão da Atenção Primária;

33.90.36.00.00.00 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Física.

33.90.39.00.00.00 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica;

10. DAS PENALIDADES

10.1 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas ou o cumprimento em desacordo com o pactuado acarretará, ao CREDENCIADO, as penalidades previstas no Artigo 87, da Lei 8666/93 e alterações e conforme consta na Minuta do Termo de Credenciamento.

11. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

11.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei Federal nº 8.666/93, e previstas no termo de referência e no termo de credenciamento, são obrigações da CREDENCIADA:

11.1.1. Não subcontratar, subempreitar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto do Contrato.

11.1.2. Qualquer ato que implique a substituição do Contratado por outra pessoa jurídica, como a fusão, cisão ou incorporação, somente será admitida mediante expresse e prévio consentimento da Prefeitura Municipal de Anaurilândia – MS, mediante a formalização de Termo Aditivo, desde que:

a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação;

b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

c) não haja qualquer prejuízo à boa execução das obrigações pactuadas.

11.1.3. Executar os serviços no prazo proposto e em conformidade com as especificações exigidas no Edital e seus Anexos.

11.1.4. Somente divulgar informações acerca dos objetos do contrato, que envolva o nome da contratante, mediante sua prévia e expressa autorização.

11.1.5. Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste processo de **CRENCIAMENTO**.

11.1.6. Instruir o demonstrativo de execução do objeto contratado com relatórios apropriados, juntando cópia da solicitação de entrega e do comprovante do respectivo recebimento, e com as notas fiscais correspondentes.

11.1.7. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

11.1.8. Assumir com exclusividade todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da prestação dos serviços objeto do contrato, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado.

11.1.9. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem, no objeto, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

11.1.10. Responder perante a Contratante e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, sob a sua responsabilidade ou por erro da execução deste contrato.

11.1.11. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas para a Contratante.

11.1.12. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obrigar por quaisquer

responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuída por força de lei, relacionadas com o cumprimento do Contrato.

11.1.13. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade observada durante a execução dos serviços.

11.2. Além das obrigações resultantes da observância da Lei Federal nº 8.666/93, previstas no termo de referência e no termo de credenciamento, são obrigações da CREDENCIADA são obrigações da CONTRATANTE:

11.2.1 Cumprir os compromissos financeiros assumidos com a Contratada.

11.2.2. Fornecer e colocar à disposição da Contratada todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução do objeto.

11.2.3. Proporcionar condições para a boa consecução do objeto do Contrato.

11.2.4. Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre as irregularidades observadas no cumprimento do Contrato.

11.2.5. Notificar a Contratada, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

11.2.6. Fiscalizar o Contrato através do setor competente da Contratante.

11.2.7. Acompanhar a entrega dos serviços/objetos efetuados/ ofertados pela Contratada, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajustes ou suspensão.

12 RESPONSÁVEL PELA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

12.1 Responsável pelo recebimento/Fiscal do Termo de Credenciamento: **Leocenir Peralta da Silva**

12.1.1 Telefone: ((67) 996894967;

12.1.2 E-mail: sms.anaurilandia@gmail.com

12.2 O acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, na forma dos arts. 67 e 73, da Lei n. 8.666/1993.

12.3 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Credenciada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, conforme dispõe o art. 70, da Lei n. 8.666/1993;

12.4 O fiscal do contrato ou comissão designada para a gestão e fiscalização do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do termo de credenciamento, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à

regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12.5 A gestão do termo de credenciamento ficará a cargo do **servidor Guilherme Gomes Zandonadi** que terá a competência de acompanhar os credenciamentos.

12.5.1 Telefone: (67) 999686182

12.5.2 E-mail: sms.anaurilandia@gmail.com

12.6 Caso, no decorrer da execução do termo de credenciamento, os servidores acima indicados como responsáveis pelo recebimento do objeto, fiscalização de contrato e/ou gestão de contrato estejam afastadas de suas funções, caberá ao Órgão a indicação de substituto.

12.7 A credenciada permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a vigência do instrumento, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização, no que diz respeito ao Termo de Credenciamento.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Homologado o credenciamento, a Administração convocará os participantes classificados para assinar o Termo de Credenciamento, no prazo de 05 (cinco) dias.

13.2 O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período, desde que requerido de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

13.3 O credenciado não ficará sujeito a vínculo empregatício com o Município, não ficará submetido a controle de jornada de trabalho nem a subordinação para o desempenho das tarefas relativas ao presente edital.

13.4 O credenciado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução dos serviços executados.

13.5 O credenciado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

13.6 O MUNICÍPIO, através da Secretaria de Saúde, reserva-se o direito de promover qualquer diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo relativo a este processo de credenciamento.

13.7 O MUNICÍPIO reserva-se o direito de revogar ou anular o presente processo, no todo ou em parte, por interesse administrativo, vício, ilegalidade, de ofício ou mediante provocação, bem como adiá-la ou prorrogar prazos.

13.8 O procedimento de credenciamento a que se refere o presente edital será processado e julgado pela Comissão Permanente de Licitações.

13.9 Os casos omissos serão resolvidos pelo Comissão Permanente de Licitações.

13.10 Fazem partes integrantes deste Edital:



Anexo I – Termo de Referência.

Anexo II – Formulário de Inscrição.

Anexo III – Declarações.

Anexo IV – Tabela de Remuneração.

Anexo V – Minuta do Termo de Credenciamento.

Anaurilândia/MS, 28 de abril de 2023.

Guilherme Gomes Zandonadi
Secretário Municipal de Saúde